

CLASSES SOCIAIS E A DISPUTA TERRITORIAL NO SUDOESTE DA BAHIA: TERRA E ÁGUA DE NEGÓCIO, TERRA E ÁGUA DE TRABALHO.

Autor: Gedeval Paiva Silva¹
gedeval@gmail.com

Coautora: Patricia Amorim Silveira²
patricyageo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar as transformações territoriais advindas da construção da barragem de Anagé, localizada no Sudoeste da Bahia, planejada e implantada pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

A construção da Barragem de Anagé teve início em 1987 e foi concluída em 1988, a formação do lago atingiu áreas dos municípios de Anagé, Belo Campo e Caraíbas, localizados no Sudoeste da Bahia.

O barramento ocorreu no médio curso do rio Gavião, na bacia hidrográfica do rio de Contas, nas coordenadas 14° 37' S e 41° 11' W, distando cerca de 560 km da capital do Estado e a 8 km da sede municipal de Anagé. Foi construída no maior rio intermitente da Bahia formando um lago de 44 quilômetros quadrados que em sua capacidade máxima pode acumular até 367 milhões de metros cúbicos de água.

Por ser uma obra executado pelo Estado, através do DNOCS foi essencial analisar as reais intenções do poder público em elaborar e implantar esse projeto. Os principais objetivos do projeto da barragem foram: perenizar um trecho do Rio Gavião; visando armazenar água para ao abastecimento das populações de Anagé e Caraíbas, além de possibilitar o desenvolvimento e instalação da fruticultura, a partir da agricultura irrigada e também criar as condições para a implantação da piscicultura como mecanismos de melhoria da renda da população.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Professor de Geografia do Instituto Federal Baiano – Campus Itapetinga – Membro do Grupo de Pesquisa a Geografia dos Assentamentos na Área Rural – GeografAr.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Baiano – Campus Itapetinga.

Por ter sido construída em uma área onde viviam muitos camponeses e posseiros o processo de construção da barragem foi marcado por muita resistência dos camponeses que foram atingidos, essas mobilizações foram constantes, tendo em vista que, as terras que foram alagadas eram áreas de antiga ocupação humana, entretanto, a maioria das famílias camponesas não tinha o título das terras, o que representou efetivamente a perda da terra. Para fins de indenização pelas terras, o DNOCS, não reconhece os posseiros como proprietários, por isso para as indenizações pagas, foram apenas referentes às benfeitorias, ou seja, as pessoas que foram atingidas não foram reassentadas e não receberam a indenização pelas terras, o que promoveu a expropriação de mais de 800 famílias, sendo que destas cerca de 650 foram atingidas parcialmente, as 150 restantes, tiveram perdas totais de suas terras.

Para entender esse processo, buscou-se analisar a ação do Estado e das Políticas Públicas voltadas à construção de barragens, bem como o processo histórico de formação territorial do sudoeste baiano, para que fosse possível compreender como se deu a constituição da estrutura fundiária e as origens históricas da questão agrária nessa porção do território baiano.

Utilizou-se como categorias fundamentais da Geografia, o espaço geográfico e todo o processo de sua produção, o território – entendido como sendo a expressão dos conflitos e a da luta das classes sociais na apropriação da natureza a partir do jogo de poder e forças.

A construção da barragem de Anagé ocorreu em uma conjuntura em que o Estado buscava dotar os diversos locais de uma infra-estrutura necessária aos interesses do capital e dos proprietários fundiários, visando primordialmente à expansão e consolidação do capitalismo em áreas tidas como atrasadas.

Por isso buscou-se compreender o papel do Estado no processo de transformação do espaço geográfico e sua atuação como mediador e instrumento de classe. Como, também, constatar o conflito de interesses entre o Estado (e seus representantes) e os camponeses, que há décadas, viviam neste local e tinham na terra e na produção agrícola os seus espaços de reprodução da vida, ou seja, a base material de sua realização social.

Na análise da ação estatal, discute-se o processo de construção das barragens, como sendo um elemento modificador do espaço geográfico e sobremodo do espaço agrário, pois promovem profundas transformações territoriais tanto a expropriação direta, como ocorreu no período da construção, bem como a novas formas de uso da terra, que passaram a se desenvolver às margens da represa.

OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho é analisar as transformações territoriais promovidas pela barragem e as novas formas de apropriação do espaço, pelas diferentes classes sociais, além buscar analisar o desenvolvimento da fruticultura irrigada que criou as condições necessárias para a territorialização do capital, a partir da instalação das empresas capitalistas. Bem como analisar em quais condições as comunidades camponesas, apropriam-se da terra e da água, sobretudo as famílias camponesas que foram parcialmente atingidas e que permanecem nas áreas vivendo e resistindo em suas terras de trabalho.

Espera-se ainda analisar o surgimento da especulação imobiliária e a valorização das terras. Bem como o desenvolvimento da piscicultura que hoje representa uma possibilidade concreta de ampliação da renda dos camponeses que apesar de terem sido atingidos pela barragem continuam vivendo nas margens ou nas proximidades conciliando o trabalho na terra e na água. Pretende-se avaliar como se desenvolveu a utilização das margens do lago para áreas de lazer, a partir da edificação de sítios e chácaras.

TERRITÓRIOS DE TERRA E ÁGUA DE TRABALHO E TERRA E ÁGUA DE NEGÓCIO.

A compreensão da produção do espaço geográfico requer uma análise e entendimento do papel que as distintas classes sociais desempenham no processo histórico de apropriação da natureza. Dessa forma é essencial entender que a contradição e as disputas estão no cerne desse processo, no caso da formação territorial brasileira, tal processo representa a própria gênese da constituição do território nacional.

No contexto mais recente, é essencial analisar as transformações e mudanças socioespaciais decorrentes da ação da sociedade sobre esse mesmo espaço, dado o seu caráter dinâmico e histórico. As transformações sociais refletem-se espacialmente, expressando as marcas das disputas das diferentes classes sociais que se dão no território.

Compreende-se desse modo que o território é a expressão concreta das disputas das classes sociais antagônicas, que apropriam-se da natureza com diferentes intencionalidades e

racionalidades. Nesse bojo apresentar-ser-á os fundamentos teóricos que sustentam esse trabalho, bem como as reflexões sobre esse processo na área em estudo.

Com a territorialização do capital,³ outras racionalidades de uso da terra e da água se estabeleceram com base nas relações capitalistas de produção, fundamentadas nos princípios do sistema de mediação de segunda ordem, quando o valor de troca passa a ser o elemento estruturante das relações de produção e das relações sociais. Esse uso se consolidou com a edificação de cerca de quarenta propriedades de médio e grande porte, que passaram a utilizar as águas da barragem para a agricultura irrigada, implantando-se, assim, a lógica do agronegócio, em que a terra e água assumem a condição de terra e água de negócio⁴.

O capital também tem se estabelecido por meio do processo de monopolização da produção, marcado pela sujeição da renda da terra camponesa aos capitalistas, que se apropriam da produção camponesa. Para Antunes, no sistema de mediação de segunda ordem:

A explicação disso está na sua finalidade essencial, que não é outra senão “expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinadas”. Desse modo a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da auto-realização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema do capital desde sua origem. Ou seja, para converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo (ANTUNES, 2002, p. 21).

No Sudoeste baiano, a modernização agrícola teve seu apogeu com a expansão do cultivo do café, que passou a se desenvolver a partir da crise vivenciada pela cafeicultura na Região Sudeste do país, o que possibilitou a ampliação do capital agrário para novas áreas, em busca de

³O conceito de territorialização do capital, formulado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, conforme define o autor: “ao processo contraditório de desenvolvimento capitalista no campo revela é que o capital territorializa-se. Estamos, portanto, diante do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. 1996, p. 24 – 25). Portanto, esse processo é marcado pela instalação de empresas do agronegócio que se apropriam da terra e da água, se estabelecem fisicamente em complexos produtivos, dominam as terras, a água e utilizam o trabalho alienado.

⁴ O conceito de Terra de Negócio formulado por Martins (1981) refere-se ao processo de apropriação da terra pelos capitalistas, conforme analisa o autor: “Quando o capitalista se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. Ou a terra serve para explorar o trabalhado de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem”. (MARTINS, 1991, p. 55).

melhores condições de produção, baixo valor das terras, força de trabalho disponível e apoio do Estado com empréstimos bancários e outras formas de incentivo. Conforme análise de Souza:

Até o ano de 1981, o governo estadual passa a dotar a Região Sudoeste da Bahia (basicamente os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça) de uma série de incentivos para a expansão da cultura cafeeira, após este período, o governo deixa de financiar os encargos e incentivos, que daí por diante passam a ser assumidos pelo produtor. Apesar de parte das abordagens acadêmicas destacarem que com a implantação do pólo cafeeiro, e dado crescimento urbano apresentado por Vitória da Conquista, grande parte da população deixa o campo em busca de novas oportunidades na cidade, na realidade, a maioria das famílias não dispõem desta opção, quando são expulsas de suas terras, ou das terras dos fazendeiros, onde, até então, viviam desenvolvendo atividades não-capitalistas de produção, como a parceria e a meação (SOUZA, 2008, p. 394).

Essa inserção do capital no campo se concretizou com a expropriação dos camponeses e o apoio das ações e incentivos do Estado, que construiu a infraestrutura necessária à consolidação do agronegócio como principal atividade produtiva e econômica.

A inserção da cafeicultura transformou e reestruturou a realidade agrária do Sudoeste da Bahia não somente nas áreas mais úmidas, onde o café se estabeleceu, mas também nas áreas mais áridas do planalto e nas escarpas das serras.

Nas porções semiáridas, o agronegócio se efetivou na criação de bovinos em grandes e médias propriedades e na construção de reservatórios de água para o desenvolvimento da agricultura irrigada, que se estabeleceu em diversos projetos na Região Sudoeste da Bahia, em que se destacam os perímetros irrigados de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio e as margens da Barragem de Anagé. Esses projetos foram implantados e são gerenciados pelo DNOCS.

O principal rebatimento dessa “modernização”, implementada pelo Estado é a valorização das terras e a expropriação de camponeses proprietários de pequenas parcelas de terras e outros trabalhadores rurais, submetidos a diferentes regimes de trabalho no campo. Esse novo modelo de produção agrícola repercutiu em diversas formas de conflito e resistência na terra e pela terra e se concretizou com a transformação de uma parcela considerável da agricultura camponesa em agricultura comercial, vinculada ao agronegócio, visando ao “desenvolvimento regional” dessas áreas.

Ao se referir ao desenvolvimento capitalista no Nordeste brasileiro e no Sudoeste baiano, Souza afirma:

O discurso da superação da condição de “atraso” passa a se apoiar na elaboração de projetos e execução de programas de irrigação, a fim de que se pudesse “sanar” as “deficiências” hídricas. Todas as condições para inserir a região no circuito de reprodução do capital são criadas e as elites locais, passam a estabelecer diversas formas de aliança com os projetos do capital, sejam estes vinculados as empresas nacionais ou internacionais. As terras sofrem um processo de valorização e os grandes latifundiários passam a auferir maiores rendas, nos locais onde foram implementados tais projetos voltados ao “desenvolvimento”. Portanto, os verdadeiros beneficiários não foram aqueles que viviam da agricultura de sequeiro, mas os grandes latifundiários, que ocupando cargos públicos passam a desenvolver projetos voltados aos seus próprios benefícios e de seus apadrinhados. Assim sendo, para se compreender “o discurso do Nordeste atrasado” e a quem este interessa há que se considerar quem foram os seus verdadeiros beneficiados, e a forma como o Nordeste passa a ser inserido, em diversos momentos, no circuito do capital (SOUZA, 2008, p. 262).

Por esse prisma é que analisamos os rebatimentos territoriais e as principais transformações espaciais advindas com a construção da Barragem de Anagé ao longo de mais de vinte anos de concretização do projeto. Procuramos compreendê-lo como um projeto de “desenvolvimento regional”, cujo propulsor da economia é o agronegócio.

No processo inverso, tem-se a permanência do campesinato que permanecem nas terras e seguem resistindo e vivendo do trabalho na terra e na água se apropriam desses recursos naturais pelo seu valor de uso. A relação desse grupo social com a natureza é bem distinta de outras lógicas que se estabeleceram após a construção da obra. A água e a terra representam os meios que garantem a sobrevivência e a reprodução material e imaterial desses camponeses. Para designar esse processo, passamos a usar a expressão “Território de terra e água de trabalho”⁵.

Compreendemos o território como expressão material dos conflitos e das disputas das classes sociais pelo uso e apropriação da natureza, ou seja, a ideia de disputa, luta e conflito são essenciais para a compreensão das relações de poder que se dão nas diversas formas de territorialização das classes sociais. Nesse aspecto, analisamos a territorialização camponesa como uma forma de resistência e permanência de uma classe social que se apropria da natureza, sobretudo da terra e da água, como condição essencial para garantir a reprodução da vida.

⁵ O Conceito de Território de Terra e Água de Trabalho fundamenta-se na formulação de terra de trabalho, elaborada por Martins (1980), ao se referir às terras cultivadas por camponeses. Neste caso, ampliamos o conceito correlacionando-o com o uso da água e da terra, ou seja, a apropriação do espaço, a partir de relações fundamentadas no valor de uso, por camponeses que vivem sob relações não capitalistas: terra e água de trabalho.

A construção da Barragem de Anagé sustentou-se no discurso do seu objetivo principal: a perenização do Rio Gavião. A garantia da água poderia possibilitar a permanência dos camponeses em suas terras, o que traria o desenvolvimento da agricultura irrigada, da piscicultura e a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo para aquelas famílias que vivam, havia décadas, às margens do maior rio intermitente do estado da Bahia. Por isso a obra era esperada por uma parcela da população que acreditou que esse projeto, fundamentado na lógica do desenvolvimentismo, seria a solução do problema de acesso à água e a melhoria das condições de vida.

Com a concretização do projeto, parte dessas famílias camponesas que acreditavam que teriam acesso à água se deparou com outra situação, a ameaça de perderem suas terras. Assim o antigo anseio de acabar com a seca, foi se transformando num processo de expropriação de suas terras, de destruição das roças, das benfeitorias, das casas, além da perda dos aspectos imateriais, que se afogaram nas águas da barragem.

Para eles, ter acesso à água era essencial e representava a garantia de um direito fundamental, mas, sem a terra, nada adiantaria, pois não teriam condição de produzir. Por conta dessa ameaça de perder suas terras é que muitos camponeses se organizaram, se mobilizaram e resistiram contra a ação arbitrária do Estado. Eles eram favoráveis à construção da barragem, mas eram contrários à expropriação de suas terras; queriam, sim, ter acesso à água, mas, sobretudo, queriam permanecer na terra e ter condições de produzir.

Com a construção do lago, uma área de mais de sete mil hectares de terras foi inundada, terras essas que eram ocupadas e principal meio de produção de centenas de famílias. Do total de atingidos pela barragem, apenas quatro eram proprietários e detinham o título de proprietário, conforme consta no Relatório de Impactos Ambientais, elaborado pela Tecnosan, informação essa retificada pelo servidor do DNOCS em entrevista. Essas propriedades correspondiam a cerca de 170 hectares de terra.

Após a construção da barragem, muitos camponeses permaneceram na área, mesmo tendo suas terras reduzidas, mas passaram a desenvolver novas estratégias para garantir a sobrevivência, substituindo práticas produtivas por novas formas de uso da terra e da água, diferentes do modo de vida sertanejo a que estavam acostumados, como a criação de caprinos, atividade produtiva muito comum em todo o sertão nordestino, mas, que, com a construção do empreendimento, praticamente deixou de existir, sobretudo nas proximidades do lago. Outro processo que se consolidou foi o cercamento das terras, evidenciando outra lógica, a da

propriedade privada desse meio de produção, aliado ao processo de valorização das terras. Com a “melhoria” nas condições de produção, essas mudanças ficaram claras como se constata neste depoimento:

Antigamente não tinha cerca, era tudo solto, eu mesmo já cheguei a criar cem a cento e cinquenta cabritos. Nesse tempo nós trabalhava demais, pegava uma capoeira, derrubava mato pra fazer roça e soltava a criação, e eles ia parar em Anagé, Caraíbas. Naquele tempo, não tinha a barragem e nem cerca em canto nenhum. E hoje não, pra fazer uma rocinha desse tamanho tem que fazer a cerca, mas também não tem mais criação de bode e gado. **Aqui não sei quem criou a lei de três fios de arame**, eu mesmo criava cabra, ovelha, porco, mas depois dessa lei, não criei mais nada porque não tem como fazer tanta cerca. Quem tinha uma fazenda de dez alqueires podia cercar e criar, mas eu mesmo tinha só um alqueire, aí não podia criar os bichos (C. M, Pesquisa de campo, 2011). Grifo nosso.

As alterações no modo de vida e na organização social após a construção da barragem foram intensas, sobretudo nas atividades agrícolas, em que a criação de caprinos, ovinos, suínos é apenas um exemplo, além das transformações na estrutura fundiária e no uso da terra. Antes do surgimento da “lei de três fios de arame”,⁶ o sistema de criação era a “solta”: os animais eram criados em áreas coletivas, sem a demarcação por cercas, e a distinção se dava apenas por meio de cortes ou marcas nos animais. Tal processo também tem se verificado em outras regiões da Bahia, sobretudo no Norte e Nordeste do estado.

Conforme relato dos entrevistados, esse processo de demarcação das propriedades com o cercamento foi impulsionado pela valorização das terras, pelas novas formas de uso da terra, que passaram a ser desenvolvidas no Sudoeste Bahia. A partir da década de 1970, ocorreram muitos processos de grilagens de terras. Essas transformações repercutiram em diversas formas de conflitos, como a resistência dos posseiros contra os grileiros decorrentes da ação do Estado, pois este, como agente regulador, na prática, atuou como instrumento das classes sociais dominantes, agindo em algumas situações para beneficiar os grileiros.

⁶ Regionalmente, a expressão “Lei de três fios de arame” refere-se ao processo de regulamentação da propriedade privada da terra, que obrigou os pequenos produtores a cercar suas terras para evitar que os animais criados invadissem as propriedades alheias. Isso provocou a destruição de uma tradição no uso da terra, o sistema de solta, baseado no uso comum da terra, principalmente para a criação de caprinos e ovinos, processo que ainda se observa com muita frequência na Região Nordeste do Estado da Bahia, denominada de “fundo de pasto”. Tal realidade vem sendo analisada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GeografAR)”, com destaque para as pesquisas de Cirlene Santos e Santos, Denílson Moreira de Alcântara e Guiomar Inez Germani.

Esses conflitos tornaram-se comuns em muitas áreas do Planalto da Conquista, sobretudo, a partir da expansão do capital para o campo, conforme pondera Souza:

A “chegada do café” e a titulação de terras fazem com que muitas áreas que antes eram utilizadas, por décadas, por comunidades camponesas passem a ser disputadas por estes posseiros e os ditos “proprietários” que utilizam documentos, muitas vezes, duvidosos na comprovação das referidas terras. Contudo, um dos maiores conflitos por terra no Planalto da Conquista ocorre nas terras denominadas Matas de Pau-Brasil, localizada entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, onde posseiros habitavam a terra há décadas e cuja propriedade passa a ser reclamada por um suposto “proprietário”. De acordo com documentos arquivados na Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas terras de Matas de Pau Brasil, comunidades camponesas faziam o uso da terra desde o século 19; no entanto, no início da década de 1970 um pretense “dono da terra” passa a reclamar o “direito à propriedade”, acirrando um forte conflito de classe na região (SOUZA, 2008, p. 415).

A formação territorial do Sudoeste baiano foi marcada por muitos conflitos e disputas: de um lado uma diversidade de camponeses proprietários e muitos sem-terra, que viviam da venda de sua força de trabalho no campo e usavam a terra de diversas formas; em sentido oposto, grileiros e latifundiários, que, usando a terra como mercadoria ou como forma de garantir a extração da renda da terra, se baseavam nos subterfúgios da lei do Estado para garantir o direito, muitas vezes questionável, das suas propriedades, o que é ainda uma característica muito comum em outras regiões do país.

Outra transformação impulsionada pela construção da Barragem de Anagé foi a alteração do perfil dos ocupantes das terras, marcada pela chegada de pessoas estranhas ao local e com alto poder aquisitivo. Na área onde foi construída a barragem, predominavam de grupos da mesma família, que vivia nas margens do Rio Gavião havia mais de um século, conforme relato dos camponeses entrevistados, com destaque para a Família Marinho, que teve um papel preponderante na ocupação dessas terras.

Isso fica evidente, por exemplo, nos relatos de alguns senhores de mais de setenta anos de idade que afirmam que seus avôs viveram nessas terras, ou seja, mais de cento e cinquenta anos de ocupação efetiva desse território camponês.

Meus avós nasceram tudo aqui, mas viviam mais na parte onde hoje é o início da Barragem. Meu avô foi nascido aqui, aí ele foi ficando idoso, e os filhos foram ficando aqui e criando tudo aqui. Mas naquela época as coisas eram fáceis, iam passando de pai para filho. Antigamente aqui não tinha cerca, os animais eram criados tudo no tempo, solto, tinha o ferro para diferenciar de quem era cada um. Aí foi mudando, cercando e criou uma lei de três fios de arame. No tempo do meu pai era assim, vocês passou naquela ladeira subindo assim, pra cima era do meu pai, tinha um homem muito grileiro de terra, pegou as terras de meu pai, e tinha dois pés: um de umburana, que ela brota fácil, e outro de aroeira, aí eles colocou aquela divisa por ali, e ficou com aquela conversa daquela divisa por ali, e disse que foi ele, foi ficando até que tomou a

terra. Aí meu pai não importou e num quis mais brigar, e ficou no fim pra ele mesmo. Perdeu um alqueire de terra. O velho mesmo que tomou chamava Terêncio, aí ele ponhó a filha no lugar, o marido chama Gabriel e vendeu depois para Pedro Gusmão, e nos tá vivendo em nossa terra por cá (A.N. M., Pesquisa de Campo, 2011).

Com a construção da barragem, houve um intenso processo de valorização das terras e de especulação imobiliária, o que ocasionou outra forma de expropriação indireta dos camponeses: a venda de suas propriedades. Com a redução do tamanho das terras, muitos, acreditando que a parcela restante não seria suficiente para produzir e viver com toda a família, venderam-na e migraram para as cidades vizinhas ou se transformaram em assalariados nas fazendas de fruticultura irrigada, ou, ainda, se tornaram catadores de café.

As transformações ocorridas nas disputas territoriais e na apropriação desigual da terra e da água e dos meios de produção ficam muito evidentes. Vejamos imagens, nas Figuras 01 e 02, de duas residências: a primeira é de uma família camponesa; e a segunda é a construção de um sítio localizado às margens do lago.

Figura 01: Residência de uma família camponesa.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Autor: PAIVA SILVA, Gedeval.

Figura 02. Casa construída após a barragem.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Autor: PAIVA SILVA, Gedeval.

A análise geográfica precisa compreender as transformações espaciais para além da aparência; é fundamental entender a essência dos processos sociais que se materializam. Porém nem sempre as formas espaciais refletem o seu verdadeiro conteúdo social, por isso a análise dialética torna-se importante na compreensão do espaço geográfico na perspectiva da totalidade.

Ao fazermos uma análise das imagens das construções localizadas nas proximidades da barragem, podemos chegar a uma conclusão equivocada, ao perceber, por exemplo, apenas uma realidade: associada à miséria, no caso da primeira imagem, a casa da família camponesa; e a progresso e riqueza, no caso da casa construída pós-barragem, com toda a infraestrutura de lazer edificada por pessoas que se instalaram na região.

Essa contradição expressa materialmente retrata o processo de desenvolvimento desigual e combinado que se estabeleceu nas proximidades da barragem após sua construção. Ou seja: é preciso desconstruir o discurso de progresso e desenvolvimento que seriam promovidos pela barragem, que, concretamente, não são extensivos a todos. A apropriação da água, da terra e da infraestrutura se dá de forma desigual, pois é o poder do capital que vai definir como serão as

estruturas espaciais, por isso essas contradições são a expressão territorial do conflito e das disputas das classes sociais antagônicas pelo espaço e no espaço.

METODOLOGIA UTILIZADA

Para compreender as transformações territoriais decorrentes da construção da Barragem de Anagé, torna-se fundamental analisar as contradições decorrentes da execução desse projeto, tanto na construção e, sobretudo nas transformações territoriais após a construção da barragem.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se como procedimentos metodológicos, o levantamento e revisão bibliográfica do tema.

Bem como a realização de entrevistas coletivas e individuais como os camponeses que foram atingidos, representantes de órgãos públicos envolvidos na elaboração e execução do projeto, pesquisa histórica em museus e arquivos históricos públicos e individuais.

Tem-se tentado fazer um mapeamento da localização das empresas de agronegócio no entorno da barragem de Anagé, bem como mapas de uso do solo e do tipo dos solos para melhor visualizar a distribuição espacial das empresas e a localização das famílias camponesas que permaneceram na área.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A construção da barragem de Anagé promoveu intensas transformações territoriais e mudanças na realidade social local, uma das principais consequências foi a expropriação dos camponeses, que ocorreu em dois momentos distintos e de forma diferenciada.

No primeiro momento, se deu o deslocamento compulsório, a partir da ação direta do Estado, ou seja, as famílias que foram atingidas pela obra e tiveram partes de suas terras inundadas pelas águas.

No segundo momento, ocorre um processo que ainda está em curso, a expropriação indireta, seja por meio da venda do que restou das terras diante da valorização e da especulação, ou ainda a transformação dos camponeses em assalariados, que vendem sua força de trabalho

para as empresas que se instalaram nas margens do lago, existe inclusive alguns exemplos de camponeses que venderam suas terras e hoje passaram a condição de trabalhadores, nas propriedades que outrora lhes pertenceu.

Muitos camponeses que foram parcialmente atingidos e continuaram vivendo às margens da barragem, passaram a vender as suas terras e foram morar nas cidades da região, tendo em vista que não encontraram condições e apoio técnico para produzir, no sistema de irrigação, que além de exigir um alto investimento inicial, necessita de uma manutenção que também tem alto custo. Outro elemento que também contribuiu com venda das terras, foi a redução do tamanho das propriedades, nos casos em que o remanescente da área alagada se tornava impraticável para a manutenção da família e dos filhos.

Por isso, muitos camponeses não conseguindo produzir venderam suas terras e migraram para as periferias das cidades, para venderem sua força de trabalho, na condição de trabalhadores assalariados, ou mesmo, submetendo-se a relações de trabalho precarizadas. Alguns casos passaram a integrar os movimentos de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

As mudanças promovidas pela barragem, como estrada, energia elétrica e principalmente, a presença e proximidade da água, tornaram as terras altamente produtivas.

A questão central da modificação da paisagem e a presença de frutas durante todo o ano foi a possibilidade da irrigação, a oferta da água por meio de outorgas sem limite de data, e sem custos para os irrigantes. Isto intensificou a busca por terras e a compra de pequenas propriedades para estabelecimento de médias e grandes empresas vinculadas ao agronegócio.

Todo esse processo promoveu uma valorização nas terras e a ampliação de formas de trabalho tipicamente capitalistas, como o assalariamento, e os bóias-frias, ou trabalhadores temporários, contratados, apenas nas épocas das colheitas.

Por se tratarem de terras férteis aliada às condições climáticas favoráveis e a presença de força de trabalho relativamente barata, tem se percebido a ampliação de fazendas irrigadas com uma grande variedade de produtos cultivados, a exemplo das plantações de: coco, manga, pinha, banana, uva, cacau e acerola entre outras espécies típicas dos trópicos. A proximidade da água é o fator mais importante, pois é possível irrigar as terras e garantir a produção durante todo o ano, assim o potencial produtivo, a grande maioria desses produtos é voltada para a exportação.

As fazendas de fruticultura que passaram a se instalar nas margens do lago, contam com altos investimentos o que permite a contínua produção durante todo o ano, bem como uma elevada produtividade. Este é o caso da empresa Agro-frutas que, conforme informações obtidas nas entrevistas, tem sede em Brasília e se instalou na região há seis anos. Essa empresa produz três tipos de frutas: manga, coco e pinha, sendo que sua produção está voltada para abastecer outros centros urbanos, como Brasília e São Paulo.

A Agro-frutas é o reflexo do processo de territorialização do capital no campo, tendo em vista que ao se territorializar estabelece as relações baseadas no modo capitalista de produção, como trabalho assalariado, trabalhos temporários, ou seja, o trabalho alienado. Essas empresas, ligadas ao agronegócio, tem um sistema produtivo, altamente mecanizado e informatizado, conta com o uso de maquinários de última geração, como o sistema de irrigação que é controlado pelo sistema computacional.

O processo de chegada de empresas capitalistas promoveu e está promovendo um intenso processo de sujeição da renda da terra ao capital, nesse caso específico se dá diretamente pela extração da renda da terra, uma vez que os trabalhadores estão sujeitos às relações tipicamente capitalistas de trabalho.

De acordo com os dados coletados em entrevistas a empresa mantém cerca de 28 trabalhadores assalariados e nas épocas de colheita e das safras chega a contar com 100 trabalhadores, que não recebem nenhum direito trabalhista, apenas o valor do dia de serviço, ou seja, o capital intensifica o processo de exploração do trabalhador, garantindo maior extração da renda da terra.

Percebe-se o papel que Estado desempenha nesse processo em garantir a instalação e manutenção das empresas capitalistas, pois a construção da barragem foi financiada com recursos públicos, com o propósito de armazenar água para a população de Anagé e Caraíbas, e para irrigação das pequenas propriedades. Contudo, fica evidente a parceria que se firma entre Estado e Capital, tendo em vista que as condições infra-estruturais são financiadas com recursos públicos para favorecer a maior da renda da terra e os interesses dos latifúndios, e atender a interesses particulares das empresas privadas.

Essa é uma contradição essencial na questão agrária brasileira, o discurso do Estado mínimo é sempre utilizado quando os movimentos sociais lutam pela reforma agrária e por políticas de incentivo e apoio ao camponês, contudo, quando a reivindicação parte dos representantes do capital a prática é outra, a barragem de Anagé é a materialização dessa contradição.

O mesmo Estado que não indenizou centenas de famílias de camponeses, não deu terra para os que foram atingidos é o mesmo Estado que financia a atuação de grandes latifundiários e das empresas capitalistas que se apropriam das terras e da renda da terra e da água, sem que tenha custo algum.

Foi contra esse modelo de produção excludente que os camponeses e seus apoiadores lutaram, esse padrão de desenvolvimento não interessava aos camponeses. Sabe-se que inúmeras pessoas perderam a condição mínima de sobrevivência a base material de sua realização, a terra e com ela a liberdade e a autonomia em relação ao seu tempo, por isso hoje estão sujeitas ao tempo do relógio capitalista.

Outro processo se desenvolveu e está se ampliando após a Barragem de Anagé, as áreas que margeiam a represa passaram a desempenhar outra função, a de lazer para muitas pessoas da região, como a população de Vitória da Conquista, que utilizam as águas para passeios de barco, *jet-ski* e outros “atrativos”.

As terras que antes da barragem se constituíam em um território de vida de centenas de famílias camponesas, espaço esse ocupado historicamente para a reprodução dos camponeses hoje são áreas de entretenimento, pequenos sítios e chácaras, com alto padrão de construção, piscinas, saunas, quadras poliesportivas, mansões, que chegam a custar um milhão de reais, conforme informação do funcionário do DNOCS.

Esses sítios e chácaras são utilizados apenas durante os finais de semana, unicamente como áreas de lazer para os fins de semana de famílias de classe média das cidades vizinhas. Acrescenta-se o fato que essas construções estão localizadas muito próximas da água, não respeitando o limite mínimo de 200 metros, conforme estabelece a Resolução do CONOMA.

As terras onde hoje estão situados os sítios e chácaras foram as terras retiradas dos camponeses, ou parte da área de segurança da barragem, ou seja, promoveu-se a expropriação dos trabalhadores de suas terras para se construir o espaços diversão e descontração, alienando a função da terra, deixando de ser a condição de reprodução da vida para aqueles de vivam do trabalho na terra, para se tornar espaço de destinados apenas ao lazer.

Assim se desenvolveu nessa área uma espécie de turismo local, ainda incipiente, isso se torna evidente com o surgimento de bares e pequenos restaurantes, hotéis e pousadas nas margens da barragem, onde muitos camponeses trabalham nos finais de semana para complementar a renda. Esse processo se deu principalmente na área denominada de “Prainha de

Anagé”, onde a presença das areias e proximidade da água são atrativos, tendo em vista que Vitória da Conquista e Anagé estão distantes cerca de 200 km, do litoral e nos períodos de verão as pessoas buscam esses espaços, para tomar banho na barragem, pescas e passeios de barco.

Muitos não sabem que as histórias de vida, a identidade, o espaço de trabalho de vários camponeses, fundamental para continuar existindo enquanto classe social foi afogada, a água inundou tudo, bens materiais e bens imateriais, mas não conseguirá apagar a história da luta e da resistência que marcaram o embate dos camponeses com o Estado em última instância, com o capital.

Ao analisar as contradições dessa obra é importante compreender que a ação planejada do Estado desconstruiu o modelo de desenvolvimento baseado nas relações não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar camponês, inundou histórias de vida, culturas e tradições. Com o propósito de incentivar o desenvolvimento, o progresso, que permitiria a apropriação do produto do trabalho camponês como também a apropriação da terra pelos latifundiários e as empresas capitalistas, permitindo desse modo à extração da renda da terra.

De acordo com um dos camponeses entrevistados que participou ativamente da luta e da resistência dos atingidos pela barragem e que esteve acampado na área, quem olha para o local hoje não consegue ter idéia da luta que se travou ali, de como a paisagem modificou, de quantas famílias foram expropriadas, além da matança de animais, quando muitos morreram afogados por ocasião do enchimento, um capítulo inesquecível daquela história que só os que viveram são capazes de contar.

O acirramento da luta pela terra também foi constatado nessa pesquisa tendo em vista que a luta pela terra continua, existia na área de segurança nacional de propriedade do Estado e sob a guarda do DNOCS, próxima à barragem um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que ocuparam essa área durante cinco anos e montaram o Acampamento Ojeferson.

No início da mobilização, chegaram ao local cerca de 80 famílias, após três anos da ocupação havia 23 famílias, que não tendo condições de sobreviver na cidade, por não encontrarem trabalho, ou mesmo que sobrevivem no campo através da venda da sua força de trabalho nas fazendas irrigadas, vêem na luta pela terra, uma real possibilidade de se reproduzirem enquanto classe social dignamente.

Esse acampamento foi mais uma estratégia de luta dos camponeses para manter a vida e as relações de produção e trabalho “independentes”. Assim lutaram pela terra e pelo direito de serem livres, donos do seu tempo. É nesse contexto que se afirma que só através da luta organizada é que os trabalhadores do campo e da cidade terão condições de superar as contradições e desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

A resistência na terra por mais de cinco anos representou a necessidade de ter uma terra para trabalhar a terra de trabalho, o território da vida, do trabalho familiar camponês, onde toda a família trabalha para garantir o sustento. Ou seja, muitas famílias foram expropriadas no passado, mas o movimento agora é de retorno ao campo, pela via da ocupação e da luta.

Por outro lado, verifica-se que a falta de uma política de assentamento para a população, no campo, fato que não é priorizado pelo Estado, vem dificultando o acesso a terra a centenas e milhares de famílias no país, no Sudoeste da Bahia e no Acampamento Ojerferson essa situação não é diferente.

A reivindicação essencial dos acampados era que essa área que pertence a União, e está sob responsabilidade do Ministério da Integração Regional, e diretamente do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, fosse repassada ao INCRA, para que fosse desapropriada para fins de Reforma Agrária, para ser construído um Assentamento para essas famílias.

Mesmo não tendo a certeza de que serão assentados nessa área os camponeses acampados plantaram e cultivaram a terra, em áreas individuais e na área coletiva, produtos alimentícios como: feijão, milho, abóbora, melancia, andu, criaram galinhas, porcos, alguns tinha umas cabeças de gado bovino, até deixarem a área.

Após longos cinco anos de resistência e de trabalho, os camponeses acampados ficaram sabendo que o DNOCS, havia acionado o Ministério Público solicitando a reintegração de posse, para evitar o despejo, deixaram a área em julho de 2010, o espaço onde antes existia o acampamento, hoje tem apenas as marcas, da ocupação.

Como a construção histórica de uma estrutura fundiária concentrada e excludente, o papel do Estado na dinâmica da garantia e da manutenção da ordem social vigente favorecendo a lógica desigual do capital, e o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura vem monopolizando a produção no campo, além de promover a expropriação de centenas de camponeses de suas terras e também do trabalho livre.

Na contra mão dessa lógica os camponeses estão lutando, resistindo e enfrentando o capital, os latifundiários e o Estado, os trabalhadores rurais sem-terra, camponeses e os movimentos sociais que estão dia-a-dia sendo oprimidos pelo capital, mas na esperança de construir um mundo mais justo, têm persistido na luta para superação dessas contradições.

Desse modo defendem não apenas o direito a terra, mas também o direito a vida, ao trabalho livre, a reprodução social enquanto classe, a manutenção da cultura e da identidade camponesa.

REFERÊNCIAS

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água. O conflito de Itaipu.** 2ª Ed. Salvador: EdUFBA/ULBRA, 2003.

MARANHÃO, Silvio. **A Questão Nordeste: Estudos sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e Violência (A questão política no campo).** São Paulo. Hucitec, 1980.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues, MESQUITA, Helena Angélica de, O Agro-hidro-negócios no Cerrado Goiano: A construção das (re)existências, **Anais do I Encontro Latinoamericano de Ciências Sociales y Represas. II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens,** Salvador, 2007.

MESQUITA, Helena Angélica de, A Trajetória de Incertezas da População Atingida por Barragens: O Exemplo da Barragem Serra do Facão - Rio São Marcos, Sudeste de Goiás, **Anais do I Encontro Latinoamericano de Ciências Sociales y Represas. II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens,** Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no Século XXI. Território de Vida, de luta, e de construção de justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe.** 3ª ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981.

PAIVA SILVA, Gedeval. **Terra, Água e vida. A ação do estado, expropriação camponesa e a luta pelo território: uma análise do processo de construção da barragem de Anagé – Bahia.** Monografia de Final do Curso de Licenciatura em Geografia, UESB, Vitória da Conquista, 2008.

PEREIRA, Lucas Batista. **Velha Raiz, Nova Morada. A Barragem de Anagé: Transformações no modo de vida sertanejo.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH/USP, 1993.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia.** Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. (Tese de Doutorado em Geografia). São Cristóvão, 2008.